

SUL AMÉRICA S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da SUL AMÉRICA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: SUL AMÉRICA S.A.
- CNPJ/MF: 29.978.814/0001-87
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Arthur Farne d'Amoed Neto
- Atividades: a administração de bens próprios e a participação em sociedades.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 06/02/2012
- Data de Vencimento: 06/02/2017
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: SULM11/ BRSULADBS004
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados para (i) suprir necessidades de caixa decorrentes da expansão das operações da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"); (ii) reconstituir o caixa após a liquidação de dívida financeira; e (iii) objetivos corporativos gerais.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 1,26 em 2015 para 1,28 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,77 em 2015 para 1,90 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,77 em 2015 para 1,90 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,79 em 2015 para 0,77 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 14,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 5,6% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao

Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 3,6% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo um aumento de 10,9% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 1,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO*: 100% do DI + 1,15% a.a

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

• PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

10/02/2016 – R\$ 3.333,000000

Juros:

10/02/2016 – R\$ 500,538112

08/08/2016 – R\$ 246,146249

Prêmio:

07/01/2016 – R\$ 7,050022

• POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 50.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 50.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;

- Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os índices financeiros previstos no item 6.26, alínea “XXI” da Escritura de Emissão.

Indicadores	Cálculo	Índice	Limite	Sobras / Déficit
Índice Ajuste 1	Divida Financeira Líquida / Geração de Caixa	11,76	2,0	9,76
Índice Ajuste 2	Geração de Caixa / Resultado Financeiro Líquido	11,21	4,0	7,21
Índice Ajuste 3	Geração de Caixa (R\$ mil)	1.193.710	R\$ 100.000.000	1.193.710

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **SUL AMÉRICA S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 37.000; e (ii) 2ª Série: 13.000;
*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/05/2019; e (ii) 2ª Série: 15/05/2022;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

16/05/2016 – R\$ 729,542599

16/11/2016 – R\$ 745,925700

Prêmio:

07/01/2016 – R\$ 10,166116

→ 2ª Série:

Juros:

16/05/2016 – R\$ 869,953652

Prêmio:

07/01/2016 – R\$ 11,866502

(ii) Denominação da companhia ofertante: **SUL AMÉRICA S.A.**

- Emissão: 4ª.
- Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;

- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 206.320; e (ii) 2ª Série: 293.680;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 13/12/2019; e (ii) 2ª Série: 13/12/2021;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Sul América S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	Companhia		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015 (Reapresentado)
Circulante		759.118	468.417	15.953.890	14.254.549
Caixa e equivalentes de caixa	7	81	611	932.323	784.617
Aplicações financeiras	8	517.588	223.889	12.235.711	10.471.906
Recebíveis	9	178.779	170.855	1.908.259	2.141.467
Tributos	10.1	62.274	72.867	163.069	122.448
Ativos de resseguro	11	-	-	26.869	57.682
Salvados a venda	-	-	-	71.923	62.624
Custos de comercialização diferidos	12	-	-	597.865	595.960
Outros	-	396	195	17.871	17.845
Não circulante		5.868.676	5.165.645	5.854.673	5.788.186
Aplicações financeiras	8	-	-	1.118.705	1.305.604
Recebíveis	9	-	-	512.049	567.439
Depósitos judiciais e fiscais	20.1	1.553	1.449	2.648.422	2.427.851
Ativos de resseguro	11	-	-	7.418	69.117
Custos de comercialização diferidos	12	-	-	413.084	358.397
Tributos	10.1	68.802	-	767.007	704.925
Outros	-	-	-	10	1.196
Investimentos	13	5.798.316	5.164.183	114.248	73.583
Imobilizado	-	4	11	71.001	82.935
Intangível	14	1	2	202.729	197.139
Total do ativo		6.627.794	5.634.062	21.808.563	20.042.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América S.A. e Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (em milhares de reais)

	Notas	Companhia		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015 (Reapresentado)
Passivo					
Circulante		538.889	360.402	8.374.982	8.043.897
Contas a pagar	15	202.955	142.604	1.456.493	1.464.776
Empréstimos e financiamentos	16	335.934	217.798	336.933	217.798
Passivos de seguros e resseguros	18	-	-	323.414	381.231
Provisões técnicas de seguros	19	-	-	6.159.158	5.873.474
Provisões judiciais	20.2	-	-	91.336	91.153
Outros	-	-	-	7.648	15.465
Não circulante		1.062.125	861.881	8.392.673	7.567.967
Contas a pagar	15	-	-	20.017	28.973
Empréstimos e financiamentos	16	1.060.378	860.491	1.063.469	860.491
Impostos e contribuições diferidos	10.2	-	104	-	104
Passivos de seguros e resseguros	18	-	-	-	99.847
Provisões técnicas de seguros	19	-	-	5.159.161	4.612.897
Provisões judiciais	20.2	1.747	1.286	2.121.531	1.965.637
Outros	-	-	-	28.495	18
Patrimônio líquido		5.026.780	4.411.779	5.040.908	4.430.871
Capital social	22.1	2.319.882	2.319.882	2.319.882	2.319.882
Reservas	22.2	2.744.542	2.210.309	2.744.542	2.210.309
Reservas de capital	-	364.097	350.940	364.097	350.940
(-) Ações em tesouraria	22.4	(83.928)	(88.454)	(83.928)	(88.454)
Reservas de lucros	-	2.464.373	1.947.823	2.464.373	1.947.823
Ajustes de avaliação patrimonial	22.3	(37.644)	(118.412)	(37.644)	(118.412)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	14.128	19.092
Total do passivo e patrimônio líquido		6.627.794	5.634.062	21.808.563	20.042.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Sul América S.A. e Controladas

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Companhia		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas operacionais líquidas				16.765.985	15.746.737
Seguros		-	-	16.021.380	15.013.716
Prêmios líquidos	24	-	-	15.986.232	14.993.593
Outras receitas operacionais	-	-	-	35.148	20.123
Previdência		-	-	566.364	509.860
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	25	-	-	565.270	508.699
Outras receitas operacionais	-	-	-	1.094	1.161
Capitalização	29	-	-	54.621	54.381
Planos de saúde administrados	30	-	-	43.340	32.926
Gestão e administração de ativos	31	-	-	37.497	39.475
Outras receitas operacionais	-	-	-	42.783	96.379
Variações das provisões técnicas de prêmios				(491.941)	(682.355)
Seguros	26	-	-	(26.145)	(255.099)
Previdência	26	-	-	(465.796)	(427.256)
Despesas operacionais				(14.620.123)	(13.383.452)
Seguros				(14.489.126)	(13.266.857)
Sinistros	27.1	-	-	(12.274.046)	(11.138.458)
Custos de comercialização	27.2	-	-	(1.735.615)	(1.645.285)
Outras despesas operacionais	27.3	-	-	(479.465)	(483.114)
Previdência				(84.225)	(65.567)
Despesas com benefícios e resgates	28.1	-	-	(55.253)	(34.124)
Custos de comercialização	28.2	-	-	(28.071)	(21.994)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(901)	(9.449)
Capitalização	29	-	-	(32.492)	(31.753)
Planos de saúde administrados	30	-	-	(8.745)	(7.601)
Gestão e administração de ativos	31	-	-	(4.062)	(3.614)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(1.473)	(8.060)
Margem bruta operacional				1.653.921	1.680.930
Despesas administrativas	32	(42.294)	(33.383)	(1.499.936)	(1.473.057)
Resultado financeiro	33.1	(114.980)	(116.166)	946.071	820.755
Resultado de equivalência patrimonial	13	839.157	876.644	39.533	32.786
Resultado patrimonial	-	(3)	8.281	-	59.715
Resultado antes de impostos e contribuições		681.880	735.376	1.139.589	1.121.129
Imposto de renda e contribuição social	34	13.377	(1.079)	(441.168)	(383.457)
Lucro líquido do exercício		695.257	734.297	698.421	737.672
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas da Companhia	-	695.257	734.297	695.257	734.297
Acionistas não controladores de controlada indireta	-	-	-	3.164	3.375
Lucro líquido do exercício		695.257	734.297	698.421	737.672
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas	22.7				
Por ação preferencial (em R\$)		0,6927	0,7320	0,6927	0,7320
Por ação ordinária (em R\$)		0,6925	0,7322	0,6925	0,7322
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas	22.7				
Por ação preferencial (em R\$)		0,6828	0,7190	0,6828	0,7190
Por ação ordinária (em R\$)		0,6876	0,7258	0,6876	0,7258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Sul América S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Sul América S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sul América S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS ("FCVS") relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH ("SFH")

Em 31 de dezembro de 2016, a Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Salic"), controlada da Companhia, possuía contas a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, no

montante de R\$ 947.277 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.2 às demonstrações financeiras.

A Salic vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais, associados a apólice pública do SFH. Os créditos são registrados contabilmente quando do seu efetivo desembolso financeiro e são atualizados pela taxa referencial ("TR"). A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em metodologia e premissas que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas operacionais.

Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração, da subjetividade envolvida e da ausência de uma experiência de perdas operacionais representativa, a metodologia e as premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos foram consideradas um risco significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles relacionados aos processos de pagamento e recebimento dos valores relativos aos processos judiciais e a de recebimento dos reembolsos juntos ao FCVS, (ii) desafio das premissas utilizadas pela Administração, (iii) avaliação se a metodologia vem sendo consistentemente aplicada nos últimos exercícios e (iv) testes de integridade e exatidão das bases de dados utilizadas.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Sul América S.A., através de suas controladas, possuía provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R\$ 11.318.319 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Na determinação dos valores de certas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar é requerido um julgamento relevante da Administração na seleção das premissas e metodologias chave, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, estimativa dos fatores de risco dos sinistros judiciais ("Payment Experience"), expectativa de recuperação de sinistros (salvados/ressarcimento), riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, e a aplicação de metodologia para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e prêmios emitidos baseado no triângulo de run-off, entre outros.

Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração e da subjetividade envolvida, a avaliação das premissas e metodologias utilizadas no cálculo de certas provisões técnicas foi considerada um risco significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade de certos controles relacionados ao processo de registro e avaliação de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar, (ii) testes de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais; (iii) envolvimento de especialistas atuariais objetivando a: a) avaliação da adequação das metodologias utilizadas no cálculo de certas provisões técnicas, b) desafio das premissas e julgamentos relevantes da Administração em relação às referências da indústria, c) avaliação se a metodologia vem sendo consistentemente aplicada nos últimos exercícios, e d) recálculo, em base amostral de testes, dos saldos de certas provisões técnicas.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5